

## A educação brasileira no período joanino

Edivaldo M. Boaventura

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BOAVENTURA, EM. *A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. A educação brasileira no período joanino. pp. 129-141. ISBN 978-85-2320-893-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO JOANINO<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Com a desorganização do sistema de ensino pela expulsão dos jesuítas, a educação colonial veio a tomar novos rumos com a vinda da família real portuguesa. Tão logo chegou ao Brasil, na sua passagem pela Bahia, o Príncipe Regente abriu os portos às nações amigas e criou o curso de Medicina e Cirurgia junto ao Hospital Militar.

A ação realizadora atingiu os setores da economia, da política, da agricultura, com destaque para o ensino. Cursos que até então não existiam foram criados em área diversas. Com o curso médico, iniciou-se um período novo para o ensino superior público, pois até então só havia o ensino superior religioso. A propósito, Luiz Antônio Cunha (1986, p. 67), ao analisar o ensino superior no Império (1822 a 1889), observou que, em 1808, emergia o Estado Nacional e houve necessidade de imprimir mudanças no ensino superior que vinha do período colonial. Criaram-se “cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos, como subproduto, formar profissionais liberais.” Tratava-se de cursos que preparavam os funcionários públicos com as Academias Militar e

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada em I Jornadas Comemorativas da Partida da Família Real para o Brasil 1807-2007, em Lisboa, realização da Academia de Ciências de Lisboa, Academia Portuguesa da História, Academia de Marinha, Sociedade de Geografia de Lisboa, Comissão de História Militar, de 26 a 30 de novembro de 2007.

de Marinha e cursos de Medicina, Cirurgia, Matemática, Agricultura e outros. Observa Cunha (1986, p. 76) que o núcleo do ensino superior nasceu com D. João VI e edificou-se tal como se tem até os nossos dias: “O ensino superior atual nasceu, assim, junto com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir, predominantemente, as funções próprias deste”. Em Portugal, até a época de Pombal, e no Brasil, até a vinda da corte, o ensino era público e religioso (CUNHA, 1986, p. 79). Foi com D. João VI que passamos à secularização do ensino público.

Durante o período em que ele esteve no País, o Brasil passou de Colônia a Reino Unido, portanto D. João VI foi também rei do Brasil. Pedro Calmon (1943) com este título, deu-nos *O rei do Brasil: vida de D. João VI*, limitando-se

[...] a transformar a sua caricatura deplorável, tão popular nos dois mundos, numa fiel imagem do anafado, esperto e atribulado soberano, que reinou, até morrer, a despeito da Espanha e França, da mulher endiabrada e de Napoleão [...]. (CALMON, P, 1943)

Eram pouquíssimos os formados em Medicina. Na capitania de São Paulo, por exemplo, em 1808, havia tão somente dois diplomados no exercício médico. Além do curso médico criado na Bahia, outro similar foi instituído no Rio de Janeiro, onde se instalou a corte. Seguiram as demais iniciativas com o ensino. Considerou-se a necessidade de formação de médicos militares em um tempo de guerra, com Napoleão a dominar a Europa, salvo a Inglaterra. Com a mesma motivação bélica, foram criadas a Real Academia Militar e a Academia de Marinha.

Quanto ao ensino profissional, foi a vez do curso de Agricultura, aula de Desenho e cadeira de Química, na Bahia. A cidade do Rio de Janeiro recebeu a maior atenção com as academias militares, cadeiras de Botânica, Matemática e Música. Uma de suas significativas iniciativas foi a missão francesa que possibilitou a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. O conjunto da obra educativa foi formado

por academias, cursos e aulas régias, a exemplo da aula de Economia destinada a José da Silva Lisboa, além do apoio da Biblioteca Pública, Museu, Jardim Botânico. A síntese de Fernando de Azevedo (1964, p. 562) deixa patentes as inovações:

Sobre as ruínas do velho sistema colonial, limitou-se D. João VI a criar escolas especiais, montadas com o fim de satisfazer o mais depressa possível e com menos despesas a tal ou qual necessidade do meio a que se transportou a corte portuguesa. Era preciso, antes de mais nada, prover à defesa militar da Colônia e formar para isso oficiais e engenheiros, civis e militares: duas escolas vieram atender a essa necessidade fundamental, criando-se em 1808 a Academia de Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar, com oito anos de cursos. Eram necessários médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha: criaram-se então, em 1808, na Bahia, o curso de cirurgia que se instalou no Hospital Militar e, no Rio de Janeiro, os cursos de anatomia e cirurgia a que acrescentaram, em 1809, os de medicina, e que, ampliados em 1813, constituíram com os da Bahia, equiparados aos do Rio, as origens do ensino médico no Brasil.

Do ensino médico do tempo do rei, depois com o ensino jurídico já no Brasil independente, originou-se o ensino superior por ordem de faculdades. Os principais tipos de ensino foram o médico, os cursos jurídicos, seguidos do militar e profissional, das aulas e cursos isolados e das instituições culturais.

## A PREVALÊNCIA DO ENSINO MÉDICO

Parte da esquadra que trazia o Príncipe Regente aportou em Salvador da Bahia em 22 de janeiro de 1808. Manuel de Oliveira Lima (1945, p. 250) afirmou que: “A transladação da corte rasgou logo novos horizontes ao ensino.” A introdução do ensino médico, no Brasil, coube ao pernambucano doutor José Corrêa Picanço. Depois de especializado em Paris, voltou a Portugal e embarcou com a família real. Era professor de Anatomia e Cirurgia da Universidade de Coimbra, primeiro cirurgião

da casa real e cirurgião-mor do Reino. É nessa situação que acompanhou o Príncipe e, na passagem pela Bahia, sugeriu a criação do curso onde apenas existia ensino religioso. Essa é a origem do Aviso de 18 de fevereiro de 1808, que cria o curso de Cirurgia:

O Príncipe regente anuindo à proposta que lhe fez o doutor José Corrêa Picanço, cirurgião-mor e do seu Conselho, sobre a necessidade que havia de uma escola de cirurgia no Hospital Real desta cidade (Bahia), para instrução dos que se destinam ao exercício desta arte, tem cometido ao sobredito cirurgião-mor a escolha dos professores, que não só ensinam a cirurgia propriamente, mas a anatomia, bem essencial dela, e a arte obstetrícia tão útil como necessária. O que participo a V. Exa. Por ordem do mesmo Senhor, para que assim o tenha entendido e contribua para tudo o que fez promover este importante estabelecimento Deus guarde a V. Exa.

Até então só existiam uns poucos médicos nas principais cidades do litoral. Havia, sim, práticos, curandeiros, barbeiros e sangradores, ignorantes no que dizia respeito à Anatomia e à Patologia. O boticário aviava receitas em velhos formulários de mais de século.

Depois foram expedidas as instruções para o professor de Cirurgia. E paulatinamente vieram as demais disciplinas com professores do reino, a exemplo de Medicina Operatória e da Arte Obstetrícia, a cargo do professor Joaquim da Rocha Masarem (MOACYR, 1936, p. 34). Foram escolhidos três estudantes para serem enviados a fazer os estudos de cirurgia em Edimburgo, na Escócia.

Considerando os dois cursos - na Bahia e no Rio de Janeiro - em 1812, foi nomeado o doutor Manoel Luiz Álvares de Carvalho diretor do ensino médico e cirúrgico do Estado da Brasil com as honras de físico-mor do reino e conselheiro da Real Câmara. Minucioso plano de estudos foi estabelecido pelo doutor Sebastião Navarro de Andrade. Primitivo Moacyr (1936, v. 1, p. 41) aludiu ao projeto de organização da instrução pública apresentado ao conde da Barca e elaborado pelo general Francisco Borja Garção Stockler, o qual não chegou a ser

posto em prática. Ainda em 1813, o doutor Navarro de Andrade foi nomeado para a cadeira de Higiene, Patologia e Terapêutica. O curso de Cirurgia mudou-se do Hospital Militar para o hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

Em 1815, reformou-se o curso médico do Rio de Janeiro e da Bahia, ficando complementadas as disciplinas quando se estabeleceu a cadeira de Farmácia. Foi sucessivamente reformado até adquirir a forma de Academia Médico-Cirúrgica, nas duas referidas cidades. No Rio de Janeiro, começou pela cadeira de Anatomia, no Hospital Militar, em 2 de abril de 1808, mas foi somente em 5 de novembro que se criou a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. (NISKIER, 1989, p. 83-84)

O doutor José Lino Coutinho (SANTOS, 2005, p. 154), herói da Independência e prestigiado médico do Imperador Dom Pedro I, idealizou a reforma do chamado Colégio Médico-Cirúrgico. As suas idéias foram levadas à Assembléia Geral e transformadas em lei no ano de 1832. Recebida a denominação de Faculdade de Medicina, tanto a da Bahia como a do Rio de Janeiro, a congregação teve mais autonomia. A Faculdade passou a contar com 14 cadeiras e a duração do curso alcançou seis anos. Lino Coutinho foi nomeado o seu primeiro diretor, na Bahia.

A criação do ensino superior público de Medicina, ainda na Bahia e no Rio de Janeiro, foi uma das primeiras iniciativas do Príncipe Regente na área da educação. Seguiram-se a criação das Academias Militar e de Marinha, escolas primárias, aulas e cursos isolados.

## ACADEMIAS MILITAR E DE MARINHA

Conforme a mesma necessidade bélica daquele momento tão conturbado pelas campanhas napoleônicas, objetivou-se dotar o Estado brasileiro de instituições indispensáveis à segurança. Um segundo tipo de ensino recebeu forte atenção de D. João: o ensino militar.

Estabelecida a corte no Rio de Janeiro, surgiram cursos de Ciências Exatas e de Observação, bem assim todas as ciências que são de aplicação aos estudos militares formaram o conhecimento bélico em vários ramos. Objetivou-se a formação de hábeis oficiais de artilharia, de Engenharia, geógrafos e topógrafos com emprego administrativo nas minas, nos caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas, estabelecendo, dessa maneira, a Academia Real Militar. O curso foi dividido por anos, com previsão dos manuais e dos seus respectivos autores, acrescida da cadeira de Química e de língua inglesa. A Academia Militar foi instalada no largo de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro, local onde se construía a Catedral da Sé, complementa Primitivo Moacyr (1936).

Os professores tinham os mesmos direitos e privilégios dos lentes da Universidade de Coimbra. Pelo que informou Manuel de Oliveira Lima (1945, p.255), o ensino das Matemáticas era muito exigido. No 1º ano, tinha Álgebra, Análise Geométrica, Trigonometria Retilínea e Desenho de Figura; no 2º, Álgebra, Cálculo Diferencial e Integral e Geometria Descritiva; no 3º, Mecânica, Hidráulica e Desenho de Paisagem; no 4º, Trigonometria Esférica, Ótica, Astronomia, Geodésia e Física; no 5º, Tática, Fortificação de Campanha, Química, Filosofia Química e Desenho Militar; no 6º, entravam Ataque e Defesa das Praças e Mineralogia; no sétimo, Artilharia, Zoologia, Desenhos e Máquinas de Guerra e outras matérias. Tudo isso e mais os exercícios práticos, línguas francesa e inglesa e esgrima. Em 1858, transformou-se em Escola Central e, por fim, em 1874, em Escola Politécnica, tornando-se um dos núcleos dos estudos de Engenharia e de Tecnologia do País.

Anteriormente, ainda em 1808, a Academia de Marinha foi instalada nas hospedarias anexas ao Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, com todos os instrumentos, livros, modelos, máquinas, cartas e planos da Academia de Lisboa, com previsão da sequência de anos.

## ENSINO PROFISSIONAL COM AULAS E CURSOS

Algumas iniciativas contemplaram o ensino profissional. Ainda na Bahia, por decreto de 23 de fevereiro de 1808, foi instituída a cadeira de Ciência Econômica, a ser ministrada no Rio de Janeiro por José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, seguidor do liberalismo clássico de Adam Smith e perito na disciplina econômica. Em 1810, D. Marcus de Noronha e Brito, 8º conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, abriu em Salvador a Aula de Comércio, onde se formariam os guarda-livros e criou cadeiras de instrução pública no seu interior. (NUNES 2006)

Uma preocupação maior induziu a criação do curso de Agricultura na Bahia, em Salvador, que era a segunda cidade em importância pelo seu movimentado porto, com exportação de açúcar, fumo e outros produtos coloniais. O objetivo era aumentar a opulência e a prosperidade, utilizando-se a fertilidade do solo. A agricultura, quando bem entendida e praticada, era considerada como a primeira fonte de abundância e de riqueza nacional. A corte mandava que o conde dos Arcos estabelecesse o curso para instrução pública dos habitantes dessa capitania e que servisse de normas para as demais capitanias. O ato de criação do curso fez menção ao conhecimento que Domingos Borges de Barros havia adquirido na Universidade de Coimbra e nas suas longas viagens para ser nomeado diretor do Jardim Botânico e professor de Agricultura. O ato mencionou o cultivo de plantas indígenas de que se pudesse tirar proveito, como plantas exóticas ou plantas já testadas como a cochonilha, o linho, o cânhamo, as amoreiras e as especiarias da Ásia. Uma ligação muito estreita estabeleceu-se entre o curso de Agricultura e o Jardim Botânico na Bahia. (MOACYR, 1936, v.1, p. 52-57)

Na corte, instalou-se, igualmente, a cadeira de Botânica e Agricultura. Uma aula de Desenho foi também criada na Bahia, que era administrada pelo oitavo conde dos Arcos, D. Marcus de Noronha e Brito. (COSTA, 1997)



## CURSOS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Com este título, Primitivo Moacyr relacionou várias atividades de instrução no Império, fornecendo subsídios para a história da Educação. Considere-se o provimento de cadeiras necessárias

[...] a bem do serviço e muito conveniente ao aumento e prosperidade da literatura e educação nacional, dar providências para o provimento dos professores, para as diversas cadeiras do ensino público que se acham estabelecidas. (MOACYR, 1936, p. 59)

Prosseguiu o governo na criação das aulas régias, instituídas no tempo do marquês de Pombal, com aumento dos pedidos de aulas de primeiras letras. (NISKIER, 1989, p. 86-87)

Provida a cadeira de Geometria, mediante requerimento de certo João Batista, foi ouvida a Mesa do Desembargo do Paço. A cadeira abrangia Aritmética, Álgebra e Trigonometria, considerando o ensino da Matemática o mais necessário a todas as classes de pessoas. Nas especificações, as matérias são distribuídas por ano, prevendo-se o uso das tábuas de Price, inseridas no tratado das Pensões Vitalícias de Saint Cirau, publicadas em português. Previu-se o uso da língua francesa e inglesa como aquelas que entre as línguas vivas têm mais utilidade e uso. Dessa maneira, para aumento da prosperidade da instrução pública, criou-se na corte uma cadeira de língua francesa e outra da língua inglesa, em 1809.

Para a Bahia foi incluída uma cadeira de Música, tão cultivada pelos povos civilizados em todas as idades e tão necessária ao decoro e esplendor com que se deve celebrar o culto divino. Justificou-se conforme atestou o conde dos Arcos, pela decadência a que chegou o seu ensino. Mas a carta do rei foi dirigida ao conde da Palma, novo governador e capitão geral da Capitania da Bahia, somente chegando em 30 de março de 1818. (MOACYR, 1936, p. 62)

Em 1817, criou-se a cadeira de Química na Bahia: “que se ensinem os princípios práticos da química, e seus diferentes ramos e aplicados às artes e à farmácia” (MOACYR, 1932, p. 63). Regulada pelas instruções assinadas pelo Conde da Barca, ficou responsável pelo ensino o doutor Navarro de Andrade, nomeado lente, conservando as honras dos mestres da Universidade de Coimbra e pensão que recebeu pelo cofre da mesma Universidade. As instruções diziam como deveria ser ensinada a teoria química e como era o uso de compêndio de sua escolha, ao ser aplicado a essa interessante ciência; às diferentes artes e ramos da indústria. Os alunos adquiririam a agilidade e perícia na prática das operações químicas relativas à farmácia, agricultura, tinturaria, manufatura do açúcar e extração não somente das substâncias salinas, mas também dos óleos, betumes, resinas e gomas. O ensino de Química se ligava ao da farmácia. Era a Química obrigatória aos que se destinavam à Cirurgia, Medicina e ao ofício de boticário. As instruções foram emitidas em 28 de janeiro de 1817 e assinadas pelo conde da Barca.

Compreendeu-se a criação de escolas para a Bahia pela sua importância política e econômica como capitania e depois como província e pela eficiência da administração do conde dos Arcos, conforme demonstrou Antonietta d’Aguiar Nunes (2006), no seu estudo sobre a sua política educacional: 25 cadeiras de primeiras letras, 11 de gramática latina, algumas criadas e outras existentes, aulas maiores e autorização para abrir o Seminário Arquiepiscopal.

Em Recife, o bispo Azeredo Coutinho estruturou o ensino de Filosofia no seminário de estudos secundários e eclesiásticos, um colégio de meninas estabelecido com legado do deão da Catedral. Quase um sistema de escolas primárias abriu-se em 1814 (LIMA, 1845, p. 256-257). Dando continuidade à criação de aulas, desenho e história foram destinados à Vila Rica, juntamente com Filosofia e Retórica em Paracatu, Minas Gerais, informa Primitivo Moacyr (1936, p. 67).

## ENSINO DE DESENHO E PINTURA

A Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil teve sua origem na missão artística francesa, conforme entendimentos mantidos pelo conde da Barca e a França, por intermédio do marquês de Marialva, embaixador em Paris, depois da restauração dos Bourbons. No desempenho dessa missão, contou com o apoio de Alexandre Von Humboldt, naturalista e conhecedor do Brasil (MALAFAIA, 204, p. 418).

O grupo de artistas importados de Paris e desembarcados no Rio de Janeiro, em março de 1816, era dirigido por Joachim Lebreton, secretário perpétuo da classe de Belas Artes do Instituto de França, e compunha-se de Grandjean de Montigny, arquiteto renomado; Jean-Baptiste Debret, pintor de história; Nicolas-Antoine Taunay, pintor de gênero e de paisagem; Auguste-Marie Taunay, escultor e irmão do pintor; Charles-Simon Pradier, gravador em talha fina; François Ovide, professor de Mecânica; François Bonrepos, ajudante de Taunay (LIMA, 1945, p. 204-205). Conclui Malafaia (2004, p. 418) acerca dessa importante missão inspirada pelo conde da Barca: “A iniciativa da promoção da ida desta Missão Artística para o Brasil, é, provavelmente, hoje a mais conhecida referência deixada pelo Conde da Barca no Brasil”. Em 1817, Dona Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, quando veio para se casar com o príncipe D. Pedro I, trouxe cientistas, viajantes e artista, reforçando a missão artística francesa.

## EDUCAÇÃO E CULTURA

Além de cursos e aulas, foi instituída a Biblioteca Pública com os livros, instrumentos de Física e de Matemática que vieram de Lisboa, da biblioteca da Ajuda. Em 1811, o conde dos Arcos, por seu turno, instalou a Biblioteca Pública na Bahia.

Criou-se um museu para propagação das Ciências Naturais. Para tanto, foi adquirido o gabinete de História Natural do barão Oheim. Tratou-se de uma bela coleção mineralógica. O Museu ocupou a casa do José Rodrigues Pereira de Almeida, no Campo de Santana. Dele proveio o atual Museu Nacional. O Jardim Botânico foi instituído para o cultivo das plantas exóticas e plantas do Brasil. A criação da Imprensa Régia possibilitou a impressão de livros didáticos, de Moral, de Filosofia aristotélica, obras poéticas e publicações de José Silva Lisboa, *Observações comerciais e econômicas* (1808), *Memórias do Rio de Janeiro* (1820), do monsenhor Pizardo. (LIMA, 1945, p. 260)

## CONCLUSÃO

No final de suas considerações sobre a emancipação intelectual promovida por D. João VI, Manuel de Oliveira Lima (1945, p. 262) ponderou, criticamente, que:

Somente gorou o projeto de uma Universidade – projeto acariciado pelo Rei, que chegou a convidar José Bonifácio para diretor, mas não igualmente favorecido por todos os seus ministros [...], porquanto receava o desaparecimento de um dos fundamentos em que se assentava a superioridade da metrópole, interpreta como uma pertinaz oposição o autor.

Interpreta como uma pertinaz oposição que receava desaparecer um dos fundamentos em que se assentava a superioridade da metrópole. Nesse mesmo sentido, foram os insistentes pedidos do Senado da Câmara de Salvador, a partir de 10 de outubro de 1809, com o compromisso de manutenção de um fundo de auxílio à Universidade, por parte dos contribuintes (SILVA, 1956, p. 125-126). Nenhuma das iniciativas obteve êxito. A Universidade só viria um século depois, em 1920.

Termino com Manuel de Oliveira Lima (1945, p. 277):

Tudo isso mudara com o novo espírito de ensino brasileiro. A emancipação intelectual de uma minoria restrita, pode mesmo dizer-se ínfima, estava feita antes da chegada da corte: restava propagá-la, quando não entre a grande massa, refratária a estudos mais sérios e cuja situação material não comportava cultura, pelo menos entre as camadas de cima, às quais competia a função diretiva. Esta foi a obra, em tal domínio, dos treze anos do reinado americano de Dom João VI.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1964. (Obras completas v. 13).

BOAVENTURA, Edivaldo M. O Estado e a educação superior na Bahia. In: CONGRESSO DAS ACADEMIAS IBERO-AMERICANAS DE HISTÓRIA, 10., 2006, Lisboa. **[Anais...]**. Lisboa, 2006.

\_\_\_\_\_. Origem e formação do sistema estadual de educação superior da Bahia -1968-1991. **Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 14, n. 24, p. 155-173, jul./dez., 2005.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 4, séculos 18 e 19.

\_\_\_\_\_. **História da civilização brasileira**. Brasília: Senado Federal, 2002. Biblioteca Básica Brasileira.

\_\_\_\_\_. **O rei do Brasil: a vida de D. João VI**. 2. ed. aump. São Paulo: Companhia Nacional, 1943. Brasileira.

COSTA, Marcus de Noronha da. A administração civil, política, militar e econômica do 8º. Conde dos Arcos na Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 93, p. 91-137, jan./dez. 1997.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2007.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Dom João VI no Brasil, 1808-1821**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

MALAFAIA, Eurico Brandão de Ataíde. **Antônio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca, diplomata e estadista, 1787-1817**. Braga: Arquivo Distrital de Braga: Universidade do Minho, 2004.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império**: subsídios para a história da educação do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1936. (Brasiliana, série 5, n. 66).

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**: 500 anos de História, 1500-2000. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. A educação na Bahia durante os governos de D. Maria I e de D. João, seu filho (1777-1821). **Revista do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe**, v. 7, p. 37-50, dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Educação na Bahia no século XX: algumas considerações. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, v. 93, p. 167, jan./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. **A formação universitária na Bahia desde os tempos coloniais**. Salvador, 2006. Inédito.

\_\_\_\_\_. O governo do 8º Conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito) na Bahia (1810-1818) e sua política educacional. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB, 6., 2006. Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista, BA: UESB, 2006. 1 CD-ROM. Encaminhado para publicação na Revista da FACED/UFBA.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. **D. João VI: o clemente**. Rio de Moura: Círculo de Leitores, 2006.

SANTOS, Roberto. **Reflexões sobre temas da atualidade**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, Alberto. **Raízes históricas da Universidade da Bahia**. Salvador: Universidade da Bahia, 1956.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

VER HUELL, Quirijn Maurits Rudolph. **Minha primeira viagem marítima: 1807-1810**. Tradução de Jan Maurício van Holthe. Salvador: EDUFBA, 2007

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva**: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. 5. ed. Porto: Civilização, 2006.